

Cessa desconto incorreto sobre o terço adicional de férias

No último semestre, a Adunicamp foi informada por um de seus associados que havia uma irregularidade na cobrança relativa ao SPPrev sobre o terço adicional de férias, como constou nos holerites emitidos pela Unicamp durante os últimos anos. Nossa assessoria jurídica foi acionada e concluiu pela ilegalidade da contribuição cobrada pela Unicamp. A Diretoria da Adunicamp ingressou com uma ação judicial para fazer cessar esse desconto, bem como reaver o que foi pago indevidamente a partir de 2008. Nossa iniciativa surtiu o efeito desejado, como mostra o comunicado de nossa assessoria jurídica:

*A partir do **Decreto Estadual 52.859**, de 2 de abril de 2008, que estipula a contribuição dos Servidores Públicos Estaduais para o RPPS - Regime Próprio de Previdência Social em 11%, a Unicamp vem realizando este desconto sobre a verba adicional “terço de férias”.*

Entendendo que esta verba não tem caráter de remuneração, não refletindo nos benefícios previdenciários dos Professores, a Direção da Adunicamp solicitou do Departamento Jurídico do Sindicato um estudo acerca da legalidade do desconto. A conclusão a que se chegou foi que o desconto não era legal, motivo pelo qual determinou-se o ingresso de ação judicial em face da Unicamp e do SPPREV (São Paulo Previdência, autarquia estadual responsável pela gestão do Regime próprio de Previdência dos servidores públicos titulares de cargo do Estado de São Paulo). A ação tramita junto à 6ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo.

Assim que foi citada para defender-se, a Unicamp acabou por avaliar que vinha agindo incorretamente, e fez contato com nosso jurídico no dia 18 de outubro, afirmando concordar que esta contribuição é indevida, e que os valores descontados daquela data até hoje devem ser devolvidos aos Professores e Funcionários na folha cujo pagamento é realizado em novembro, bem como que doravante não ocorrerão novos descontos sobre o terço constitucional.

Tudo isto está sendo formalizado judicialmente entre a Procuradoria da Unicamp e o Jurídico do Sindicato; entretanto, qualquer outra diferença existente poderá ser reclamada, já que não estamos abrindo mão de qualquer direito.

É importante que os Professores verifiquem se os valores foram devolvidos adequadamente e, em caso de dúvidas, façam contato com a Adunicamp.